

Dinâmica dos sistemas agrários no Caparaó capixaba

Dynamics of agrarian systems in Caparaó capixaba

Dinámica de los sistemas agrarios en Caparaó capixaba

Recebido: 07/05/2022 | Revisado: 16/05/2022 | Aceito: 24/05/2022 | Publicado: 29/05/2022

Túlio Luís Borges de Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5536-8182>

Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural, Brasil

E-mail: tuliolimaborges@gmail.com

Marcelo Leles Romarco de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2746-8407>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: marcelo.romarco@ufv.br

Resumo

A microrregião do Caparaó é uma das microrregiões do estado brasileiro do Espírito Santo. Seu nome faz referência à serra de mesmo nome, a qual integra o Parque Nacional do Caparaó. Por meio de abordagem sistêmica, objetivamos compreender as transformações e dinâmica dos sistemas agrários da região. Os dados foram obtidos por revisão bibliográfica, pesquisa documental e observação e convivência com a agricultura familiar. Realizamos análise de conteúdo e triangulação dos dados. Com relação ao zoneamento regional, demos destaque a clima, relevo, hidrografia e vegetação. Dividimos a linha temporal em quatro sistemas agrários: Indígena, Imigrantes, Pequena Propriedade e Cafeicultura Moderna. Dados do PIB e do IDH ainda carecem de melhora. Muito disso, acreditamos estar ligado ao extermínio de indígenas e à escravização de pessoas, cenário visto nos dois primeiros sistemas. A Serra do Caparaó é parte do território muito importante para o dinamismo das paisagens e, logo, dos sistemas agrários. Tal cadeia de montanhas possibilita duas estações climáticas bem-marcadas, altitudes elevadas e relevo ondulado; além de alimentar bacias hidrográficas importantes e oferecer condições agrônômicas adequadas para o cultivo do café, principal cultura da região. Mesmo tendo sido muito explorada no Sistema Agrário Pequena Propriedade, seu território ainda hoje é um importante fragmento de Mata Atlântica, apesar de se encontrar ilhado essencialmente por lavouras de café. Tal situação insular, consolidou-se no Sistema Agrário Cafeicultura Moderna, fortemente englobado pela Revolução Verde. Sua diversidade diminuiu. Apesar disso, apontamos algumas situações destoantes da monocultura, como o turismo rural e a produção de cafés especiais.

Palavras-chave: Sistemas agrários; Caparaó capixaba; Abordagem sistêmica.

Abstract

The Caparaó microregion is one of the microregions of the Brazilian state of Espírito Santo. Its name refers to the mountain of the same name, which is part of the Caparaó National Park. Through a systemic approach, we aim to understand the transformations and dynamics of the region's agrarian systems. Data were obtained by bibliographic review, documental research and observation and coexistence with family farming. We perform content analysis and data triangulation. Regarding regional zoning, we highlighted climate, relief, hydrography and vegetation. We divided the timeline into four agrarian systems: Indigenous, Immigrants, Small Property and Modern Coffee. GDP and HDI data still need improvement. Much of this, we believe, is linked to the extermination of indigenous people and the enslavement of people, a scenario seen in the first two systems. Serra do Caparaó is part of the territory that is very important for the dynamism of the landscapes and, therefore, of the agrarian systems. Such a mountain range makes possible two well-marked climatic seasons, high altitudes and undulating relief; in addition to feeding important hydrographic basins and offering adequate agronomic conditions for the cultivation of coffee, the main crop in the region. Despite having been much explored in the Small Property Agrarian System, its territory is still today an important fragment of Atlantic Forest, despite being essentially isolated by coffee plantations. This insular situation was consolidated in the Modern Coffee Culture Agrarian System, strongly encompassed by the green revolution. Its diversity has diminished. Despite this, we point out some situations that differ from monoculture, such as rural tourism and the production of specialty coffees.

Keywords: Agrarian systems; Caparaó capixaba; Systemic approach.

Resumen

La microrregión de Caparaó es una de las microrregiones del estado brasileño de Espírito Santo. Su nombre hace referencia a la montaña del mismo nombre, que forma parte del Parque Nacional Caparaó. A través de un enfoque sistémico, pretendemos comprender las transformaciones y dinámicas de los sistemas agrarios de la región. Los datos fueron obtenidos por revisión bibliográfica, investigación documental y observación y convivencia con la agricultura

familiar. Realizamos análisis de contenido y triangulación de datos. En cuanto a la zonificación regional, destacamos el clima, el relieve, la hidrografía y la vegetación. Dividimos la línea de tiempo en cuatro sistemas agrarios: Indígena, Inmigrantes, Pequeña Propiedad y Café Moderno. Los datos del PIB y el IDH aún necesitan mejoras. Mucho de esto, creemos, está ligado al exterminio de los indígenas y la esclavización de las personas, escenario que se ve en los dos primeros sistemas. La Serra do Caparaó forma parte de un territorio muy importante para la dinamización de los paisajes y, por tanto, de los sistemas agrarios. Tal cordillera posibilita dos estaciones climáticas bien marcadas, grandes altitudes y relieve ondulado; además de alimentar importantes cuencas hidrográficas y ofrecer condiciones agronómicas adecuadas para el cultivo del café, principal cultivo de la región. A pesar de haber sido muy explorado en el Sistema Agrario de Pequeña Propiedad, su territorio sigue siendo hoy un fragmento importante de Mata Atlántica, a pesar de estar esencialmente aislado por cafetales. Esta situación insular se consolidó en el Sistema Agrario de la Cultura Cafetera Moderna, fuertemente englobado por la revolución verde. Su diversidad ha disminuido. A pesar de ello, señalamos algunas situaciones que difieren del monocultivo, como el turismo rural y la producción de cafés especiales.

Palabras clave: Sistemas agrarios; Caparaó capixaba; Enfoque sistémico.

1. Introdução

O estado brasileiro do Espírito Santo (ES) é composto por dez microrregiões de planejamento. Dentre elas encontra-se a microrregião do Caparaó¹, foco deste artigo. Essa região é formada por treze municípios² (Espírito Santo, 2020). Seu nome faz referência à serra de mesmo nome, a qual integra o Parque Nacional do Caparaó (PNC), uma unidade de conservação nacional que abriga o Pico da Bandeira, um dos locais de maior altitude do território brasileiro.

O Caparaó capixaba possui área de cerca de 3.831,44 Km², o que corresponde a 8,31% do território estadual, englobando uma população em torno de 187.236 habitantes (IBGE, 2018), valor que corresponde a 4,71% dos habitantes do estado. No universo rural aproximadamente 80% da população rural é pertencente à categoria agricultura familiar e cerca de 50% da população vive na zona rural.

Por outro lado, a renda gerada na referida microrregião corresponde a apenas 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado capixaba; no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), dentre os seis valores mais baixos do ES, cinco deles correspondem a municípios desta microrregião (IJSN, 2018; Atlas Brasil, 2010). Por outro lado, o Caparaó capixaba é uma importante região produtora de alimentos, dentre eles, destacadamente o café, além de feijão e milho – cultivados sobretudo em consórcio com as lavouras cafeeiras –, assim como a produção de carne e leite. Uma explicação para isso, acreditamos ser o fato de outras regiões do Estado estarem envolvidas com serviços, mineração e turismo, atividades que provavelmente ocasionam um impacto maior no PIB.

Sob o ponto de vista histórico, assim como grande parte dos municípios capixabas, as primeiras municipalidades a serem oficializadas na região datam de 1815. De lá para cá, restaram somente 14,4% de matas nativas, em grande medida, substituídas ao longo do tempo por atividades extrativistas (em especial, de madeira), agricultura (cultivo do café) e pecuária.

Vale destacar, todavia, a imponência e importância da Serra do Caparaó. A cordilheira encrava-se em uma cadeia de montanhas com muitos picos rochosos, chegando a ter elevações próximas aos 3.000 metros de altitude. Em seus percursos, é incontável o número de nascentes e pequenos riachos que ali nascem e acabam por formar, em grande medida, as bacias hidrográficas do Itabapoana e do Itapemirim, ambas, muito relevantes para todo o sul capixaba (Almeida, 2014).

Neste trabalho, a partir de uma identificação topofílica (Tuan, 1983), ou seja, com base na existência de um espaço de convivência e experiências empíricas do primeiro autor como extensionista do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e o lugar (Caparaó), é que decidimos por realizá-lo, sob a perspectiva sistêmica e sua infinidade de possibilidades existentes neste território. Nesse sentido, esse artigo tem como proposta trazer um conjunto de elementos que podem auxiliar a compreender as transformações e dinâmica dos sistemas agrários da microrregião do Caparaó

¹ Segundo Sampaio (1901) e Almeida (2014), o termo “Caparaó”, dentre suas possíveis definições, tem a ver com “águas cristalinas que descem a montanha” e “casa do rio torto”.

² São eles: Jerônimo Monteiro, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuá, Ibitirama, Muniz Freire, Irupi, São José do Calçado, Alegre, Bom Jesus do Norte, Iúna e Ibatiba.

capixaba, considerando desde o seu processo de ocupação até os dias atuais.

Além desta introdução, na próxima seção apresentaremos o método utilizado, englobando conceitos no universo da teoria sistêmica para o estudo de realidades agrárias complexas, além da forma como foram operacionalizados e as fontes e as análises utilizadas na pesquisa. Em seguida, apresentamos os resultados e a discussão deles. Numa primeira parte, almejamos englobar o zoneamento regional, com a delimitação do espaço geográfico e a percepção da paisagem, assim como a caracterização desse espaço, sob os pontos de vista geomorfológico, natural e humano. Na segunda parte, por conseguinte, a proposta é aprofundarmos na evolução e diferenciação dos sistemas agrários, descrevendo-os no espaço e no tempo e apresentando as causas e fatores desencadeadores de seu declínio/decadência e surgimento/apogeu. Por fim, apresentamos as considerações finais, além da bibliografia utilizada.

2. Metodologia

Neste trabalho fazemos voz ao argumento de Miguel (2018) ao defender que a agricultura traz muitas contribuições para a humanidade, seja na produção de alimentos e de matérias-primas, na geração de trabalho, na conservação de paisagens e na reprodução dos mais variados modos de vida, dentre outras.

Entretanto, ao admitirmos que tal contexto sustenta-se em sistemas complexos, deixamos de lado pretensões analíticas, fechadas em questões de causa e efeito, e adentramos em uma abordagem chamada pela literatura de sistêmica, considerada por Miguel (2018) como “(...) a chave para a compreensão de algumas pressuposições que devem marcar as definições de um sistema” (p. 16), englobando, no caso deste trabalho, aspectos relacionados à agricultura enquanto importante ao entendimento das relações culturais, sociais e ambientais que um estudo de sistemas agrários nos traz.

O mesmo autor, ao citar Durand (1990), nos apresenta alguns pressupostos fundamentais de uma abordagem sistêmica, nos quais buscamos nos apoiar ao longo deste trabalho. São eles: i) a complexidade, a qual é considerada presente em todos os sistemas, que não deve ser entendida como complicação e que se encontra submetida à quantidade e tipos de relações que interligam os seus elementos; ii) a totalidade, uma vez que um sistema necessita ser compreendido pela apreensão de todos os seus constituintes e nunca pela junção de cada um deles de forma isolada; iii) a interação, aqui devemos abandonar a ideia de que a relação entre dois elementos é exclusiva e simplesmente uma relação causal, o que existe, na verdade, é uma ação recíproca entre eles, modificando-os; iv) a hierarquia entre os sistemas, quanto mais se avança nela, mais complexos eles ficam; e v) a organização, que se trata de uma noção central para a abordagem sistêmica, centrando-se como estrutural e funcionalmente no que se refere ao arranjo das relações entre os elementos de um sistema.

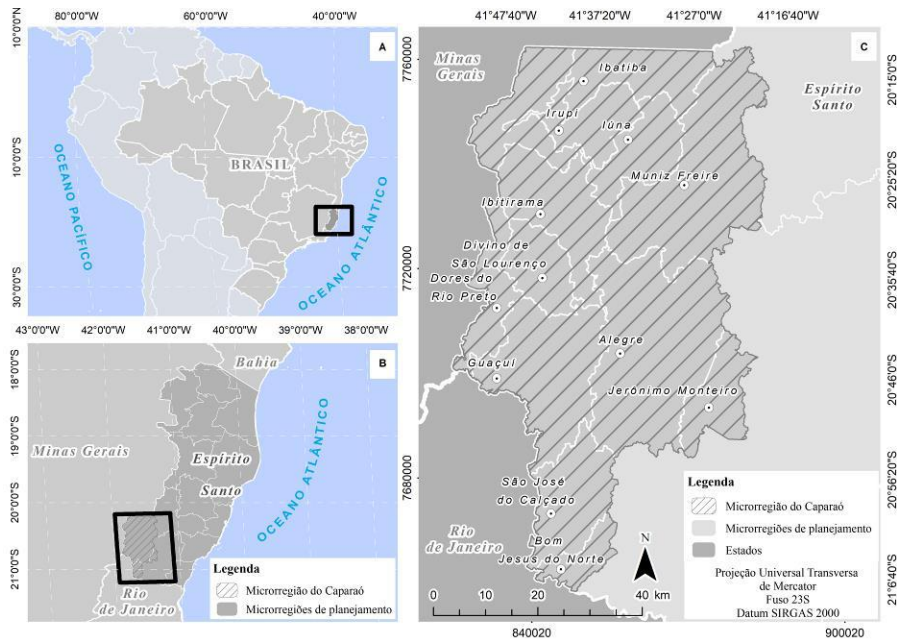
Em complemento, a paisagem é elemento de muita relevância aos estudos sobre as dinâmicas dos sistemas agrários, os quais, de certa forma, a contêm. Neste trabalho entenderemos o conceito de paisagem conforme Bertrand (1972) como citado em Miguel (2018), em que ela não se trata unicamente da adição de elementos geográficos de forma isolada, mas algo bem mais complexo, ou seja, assume-se como uma “(...) determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagem dialeticamente uns sobre os outros” (p. 46).

Cabe ressaltar que a leitura de uma paisagem envolve, obviamente, aspectos teóricos complexos, mas, para além disso, não é capaz – e, especialmente sob a perspectiva sistêmica – nem deve se desligar do olhar do observador e, por consequência, de toda a sua subjetividade; o observador, por sua vez, é “(...) aquele que vê e sente a paisagem, e que a interpreta e decodifica em suas significações subjetivas e objetivas” (Miguel, 2018, p 45).

Conforme já apresentado, a unidade de análise deste trabalho é a microrregião capixaba do Caparaó, composta pelos municípios Jerônimo Monteiro, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibitirama, Muniz Freire, Irupi, São José do Calçado, Alegre, Bom Jesus do Norte, Iúna e Ibatiba, cuja a distribuição geográfica encontra-se ilustrada à direita da Figura 1. A justificativa de tal escolha liga-se com a experiência profissional do primeiro autor, o qual atua como extensionista rural

na referida região.

Figura 1 - Mapa dos municípios e limites da Microrregião do Caparaó capixaba.



Fonte de dados: ESRI (2017); IBGE (2020).

No que se refere a obtenção dos dados, esta foi realizada através de uma revisão bibliográfica (majoritariamente), pesquisa documental e a partir da observação como extensionista e de convivência com agricultores e agricultoras familiares na região do Caparaó. A análise dos dados, por sua vez, deu-se com base na análise de conteúdo, buscando-se triangular os dados primários (obtidos por meio das conversas com atores sociais), com os dados secundários (documentos e dados oficiais de governos) e a revisão bibliográfica.

Dentre as possibilidades de exploração do zoneamento regional e das características importantes para o entendimento sistêmico de um determinado território, neste trabalho optamos por dar destaque ao clima, ao relevo, à hidrografia e à vegetação. Como justificativa, argumentamos a importância desses elementos para a evolução da agricultura na região, por consequência, na evolução dos sistemas agrários.

Para facilitar a compreensão das transformações dos sistemas agrários da microrregião do Caparaó capixaba, optamos por dividir a linha temporal em quatro sistemas agrários diferentes, que contribuirão para a compreensão desses sistemas; que serão apresentados por períodos aproximados seguindo a seguinte ordem cronológica: Sistema Agrário Indígena (??³ AP⁴ a XIX); Sistema Agrário Imigrantes (1820 a 1900); Sistema Agrário Pequena Propriedade (1900 a 1970); e Sistema Agrário Cafeicultura Moderna (1970 à atualidade).

3. Resultados e Discussão

O clima da microrregião do Caparaó diferencia-se em maior medida de outras regiões ao seu redor, em especial, muito por causa de suas maiores altitudes, suas latitudes, a distância até o oceano, a orografia repleta de superfícies elevadas, a

³ Não chegamos a uma data específica de chegada dos povos indígenas na região, por isso o uso dos pontos de interrogação.

⁴ Antes do presente.

proximidade com o oceano e a influência de sistemas sinóticos⁵ de circulação atmosférica; o resultado dessas condições são duas estações climáticas bem distintas ao longo do ano – de novembro a março, muitas chuvas e, entre abril e outubro, um período de estiagem (Massini, 2017). A precipitação anual média está entre 1.200 e 1.500 mm.

Com relação à variação das temperaturas, verificamos uma temperatura média anual amena, entre 16°C e 22°C, com seus picos nas épocas mais quentes oscilando as entre 24°C e 29°C, e seus valores mínimos entre 10,5 °C e 18 °C, apesar de que vale destacar que nos meses mais frios, em determinadas madrugadas, há registros da temperatura mínima próxima ou até mesmo abaixo de 0° C.

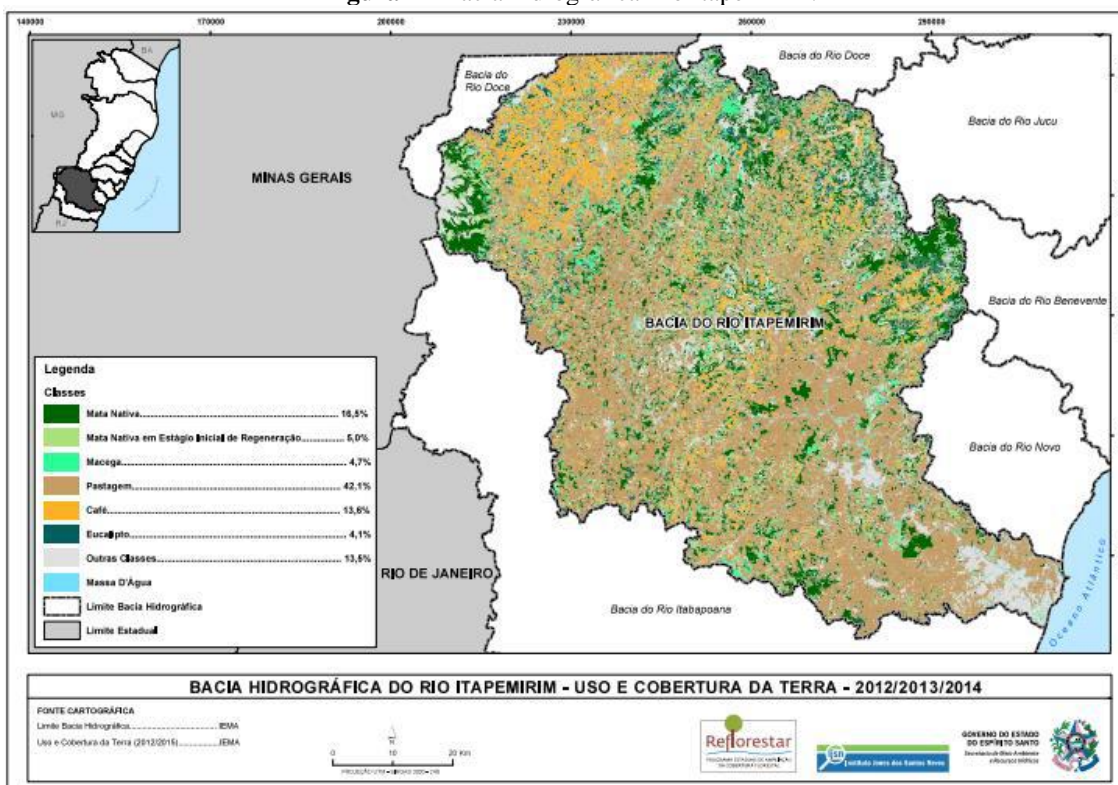
Quanto às condições geológico-geomorfológicas, conforme Radambrasil (1983) como citado em Massini (2017), a microrregião do Caparaó é formada por dois estratos geológicos: do Complexo Juiz de Fora e do Gnaisse Eugenópolis. Especificamente quanto ao PNC, Massini (2017) cita que o seu Plano de Manejo de 1981 estabelece sua estrutura em dois níveis, um em torno de 900 m e um alto planalto elevado que alcança 2.890 m, consistindo em um acidente tectônico que levantou epigeneticamente todo o bloco. Por causa disso, a encostas do maciço da Serra são quase simétricas e marcadas por facetas triangulares, com a existência de vales abertos nas faces de maiores altitudes, ligadas por grandes afloramentos rochosos (Massini, 2017).

No que diz respeito à variação e distribuição da variação do relevo existem, nas porções mais a leste e a sul, poucas variações, ou seja, com altitudes menores que 300 m de altitude; mas, à medida que avança para o norte e o oeste, vai ganhando incremento, sobretudo, em direção à Serra do Caparaó, aonde chega até os seus quase 2.900 m, relativos ao Pico da Bandeira.

Sobre a hidrografia, diversos rios nascem drenando e dissecando o relevo a partir da serra do Caparaó (Massini, 2017), alguns deles, em porções de variações de relevo mais abruptas, formam belas cachoeiras que, em alguns pontos, são reconhecidamente destacadas pelas suas águas esverdeadas. Pela vertente capixaba, as águas juntam-se, em grande medida, a duas bacias hidrográficas, a do Itapemirim e a do Itabapoana (Seama, 2018), as quais seguem o caminho rumo ao litoral, espalhando-se pelos municípios da microrregião e avançando para outras, conforme é possível observar nas Figuras 2 e 3.

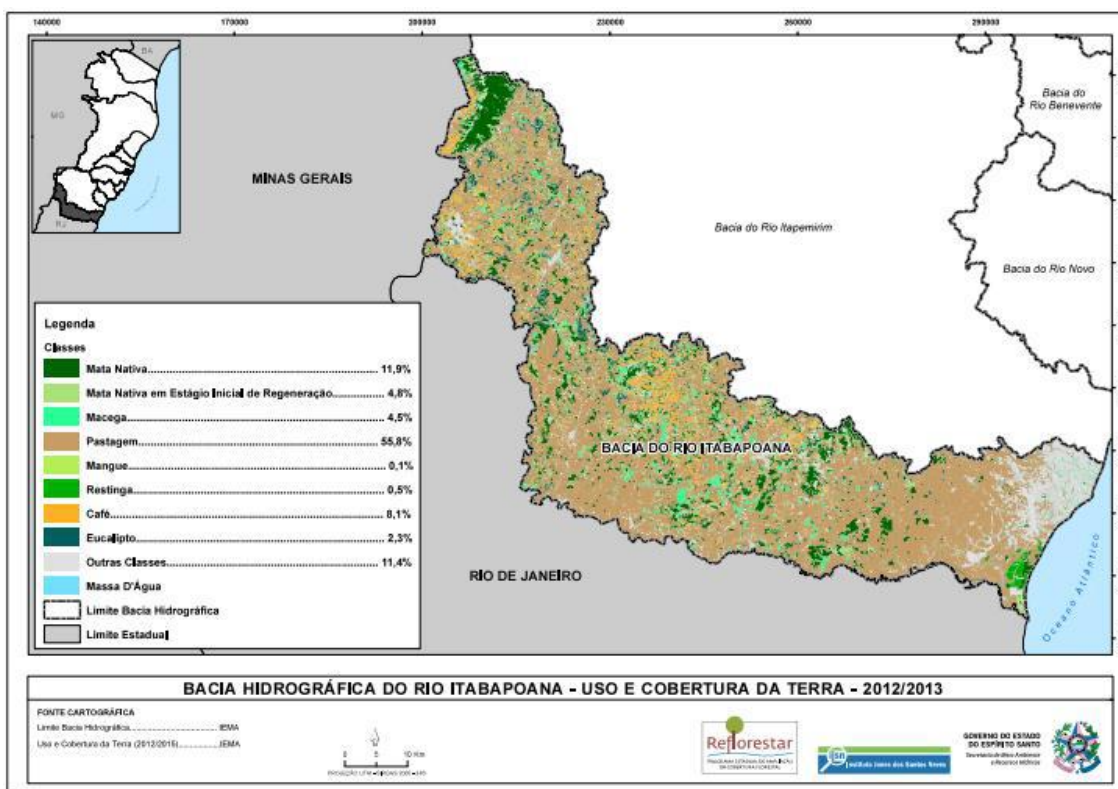
⁵ Segundo Da Silva; Dos Santos Chaves e Lima (2009), sistemas sinóticos referem-se a um aglomerado de nuvens que interagem entre si, em escala sinótica (1000 a 10.000 Km), associadas, em muitos casos, a altos índices de precipitação.

Figura 2 - Bacia hidrográfica Rio Itapemirim.



Fonte: IJSN (2020).

Figura 3 - Bacia hidrográfica do Rio Itabapoana.



Fonte: IJSN (2020).

A partir das Figuras anteriores (2 e 3), que além de nos apresentar os limites das bacias hidrográficas, também indicam o uso e a cobertura da terra, destacamos, dentre suas muitas questões, i) o predomínio do café – principal cultura agrícola e fonte de renda – em grande parte da microrregião do Caparaó das duas bacias, em especial nas regiões de maior relevo; e ii) a baixa quantidade de mata nativa, com destaque para sua maior concentração, bem evidente, dentro do território do PNC.

Falando em vegetação, dentre as muitas possibilidades de classificação, conforme aquela feita por Ab’Sáber (2003), a microrregião do Caparaó insere-se no contexto do Domínio Tropical Atlântico, compondo-se em grande medida pelo bioma da mata atlântica.

Entretanto, mais ao redor da Serra do Caparaó, com base no trabalho do Rizzini (1979, como citado em Massini, 2017), distinguiremos três grandes grupos de vegetação, conforme as faixas de altitude. A primeira faixa, que vai de 300 a 800 m, é marcada por uma paisagem cujo relevo é ondulado, onde encontramos uma Floresta Pluvial, denominada como Baixo-montana. Pela interpretação de Rizzini (1979) feita por Massini (2017, p. 45) “(...) são morros ‘mamelonares’ com solos profundos, mostrando-se a porção superior bastante seca, enquanto as depressões, chamadas de vales e grotas, conservam água permanentemente”.

Já a segunda estaria entre 800 e 1.700 m, em que aparece a Floresta Pluvial Montana, tratando-se de “(...) uma floresta exuberante de encosta com árvores de estrato superior que atingem entre 20 e 30 m, com algumas árvores emergentes que atingem 40 m. Peculiar a estas matas são as numerosas plantas epífitas (...)” (Rizzini, 1979 como citado em Massini, 2017, p. 45).

E, a terceira estaria para além dos 1.700 m, onde “(...) a cobertura vegetal vai sendo substituída por uma mais baixa e aberta, com árvores menores e tortuosas que atingem cerca de 15 m, e muitos arbustos” (Rizzini, 1979 como citado em Massini, 2017, p. 45), temos aí os chamados Campos Altimontanos, apresentando planaltos irregulares, vegetação campestre xerófila, muito por causa da estação seca bem definida no meio do ano e a baixa profundidade dos solos, além da intensa radiação solar em função da altitude.

No âmbito de uma perspectiva sistêmica, destacamos que são muitas as possibilidades de caracterização geográfica da microrregião em questão. Todavia, encerramos esta subseção aqui e esperamos que ela nos dê elementos que possibilitem tecer algumas relações com a dinâmica dos sistemas agrários, na seção seguinte, conforme justificado na metodologia.

3.1 Evolução e diferenciação dos sistemas agrários

Como apresentado na metodologia, os sistemas agrários do Caparaó capixaba foram divididos em quatro sistemas diferentes, com base em uma ordem cronológica, a saber: 1. Sistema Agrário Indígena (?? AP a XIX); 2. Sistema Agrário Imigrantes (1820 a 1900); 3. Sistema Agrário Pequena Propriedade (1900 a 1970); e 4. Sistema Agrário Cafeicultura Moderna (1970 à atualidade). As próximas subseções serão dedicadas à apresentação dos resultados sobre esses referidos Sistemas e sua temporariedade.

3.1.1 Sistema agrário indígena (?? AP a XIX)

Até os anos 1850, a então província do Espírito Santo era praticamente uma reserva florestal de Mata Atlântica (Celin, 1984). Segundo consta, nessa época, o território da atual microrregião do Caparaó era majoritariamente dominado pelos índios do grupo Botocudo (Nascimento, 2001; Sanz, 2014). Tais povos originários eram conhecidos por esse nome muito por causa do uso de botoques⁶; além de caçadores, coletores e praticantes de da agricultura de coivara (sobretudo com cultivo de milho,

⁶ Segundo o dicionário *Micahelis on line*, trata-se de “peça arredondada de madeira ou osso que alguns povos indígenas, especialmente os botocudos, usam como enfeite no lábio inferior, nas narinas ou nos lobos das orelhas”.

feijão, mandioca, dentre outros), eram exímios nadadores e corredores (Reis, 2008).

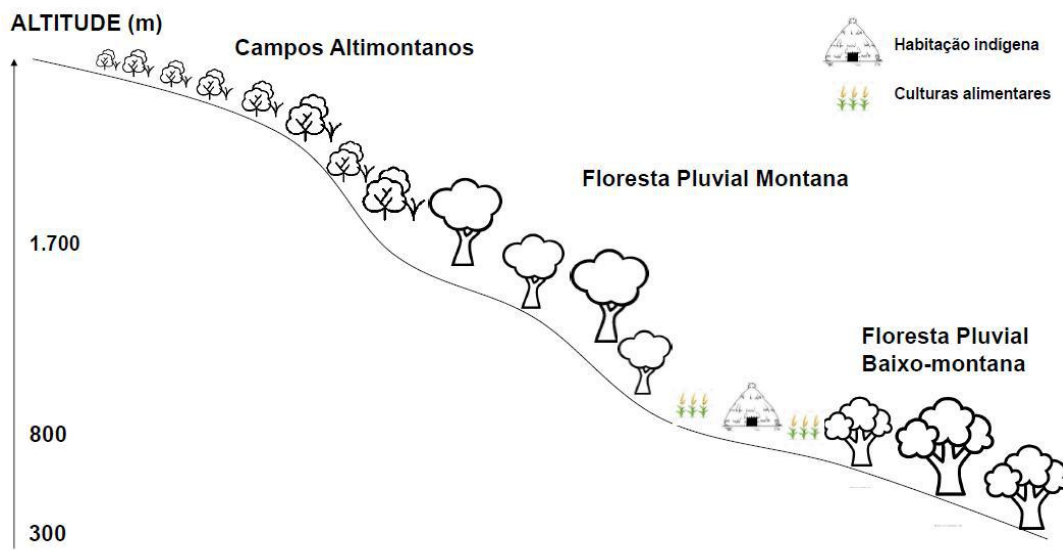
Muito diferentemente de outras regiões brasileiras, em pleno ciclo do ouro, o território capixaba era visto como obstáculo natural ao acesso às minas e, portanto, servia como uma proteção física ao interior das Minas Gerais, onde os metais preciosos eram explorados. Muito por causa disso, a capitania do Espírito Santo nunca havia “prosperado”, pois diferia muito pouco do que era em 1801 daquilo em 1601; em 1820, o cenário era de cerca de 61% da população capixaba sendo indígena (Nascimento, 2001).

Desta feita, o que se entendia era que, por causa da descoberta do ouro e de sua exploração, de XVII até a primeira metade do século XVIII, é que no ES havia um grande sertão⁷, formado por “áreas proibidas”. Quer seja:

(...) enquanto durou a exploração aurífera, a Vila da Vitória se transformou num obstáculo natural às minas, com fortificações e efetivo militar mantidos pelo Governo Central, além de proibidas a navegação pelo rio Doce e a abertura de estradas em direção oeste (Celin, 1984, p. 68)

À época, a região do Caparaó, também era entendida como “sertão” e, portanto, como uma das áreas proibidas. Por isso, conforme registros, destaquemos a longínqua permanência dos Botocudo na região e, por consequência, a paisagem predominantemente formada pela vegetação natural, em destaque, a mata atlântica, conforme o esquema da Figura 4.

Figura 4 - Perfil de paisagem da Microrregião Caparaó: Sistema Agrário Indígena (?? AP a XIX).



Fonte: Autores (2022).

No entanto, acontece que com o declínio da exploração do ouro nas Minas Gerais, os Botocudo – dentre outros grupos de povos originários –, até então pouco ameaçados por possíveis “desbravadores”, passaram a ser vistos como um problema, quer seja, um desafio à administração do país (Celin, 1984).

Em 13 de maio de 1808, mesmo ano de chegada da corte portuguesa no Brasil, é promulgada uma Carta Régia que autoriza a ofensiva contra os Botocudo. Nesse processo, colonos que se interessassem em ocupar o território não só do Caparaó, mas praticamente o ES como um todo, estavam autorizados a irem à caça e seguirem à escravização daqueles

⁷ Segundo Moreira (2011), o “sertão” era o contrário do que se conhecia como mundo “policiado”, uma vez que não se parecia com a “civilização” e muito menos se encontrava segundo a jurisdição política da monarquia portuguesa e do que era considerado como o “bom governo”.

indígenas que não se submetessem aos seus “senhores”.

De forma relativamente muito brusca e violenta, o que se viu foi a expulsão, o extermínio e, aos poucos, aos indivíduos que sobraram, o aldeamento – na cidade mineira de Manhuaçu que faz divisa com o atual território do Caparaó capixaba, houve um aldeamento importante –, com base em um discurso de promoção da integração desses povos originários ao contexto econômico, social, cultural e político de seus “conquistadores” (Santos, 2013).

Já caminhando para o fim do século XIX o que se viu foi o declínio do Sistema Agrário Indígena, simbólica e literalmente representado pela expulsão e extermínio de seus indivíduos e a ocupação de suas terras, legalmente “doadas” a grandes fazendeiros vindos de outras regiões brasileiras e a colonos (migrantes) europeus (Nascimento, 2001).

Nesse processo de transição entre um sistema agrário e outro, entretanto, cabem alguns destaques históricos que julgamos importantes. Em 1812 registra-se o começo da construção de uma estrada para escoar o ouro das Minas Gerais (Vila Rica) até Vitória, que foi inaugurada em 1916 e conhecida, inicialmente como Estrada de Rubim (homenagem ao governador da época) e, depois, denominada como Estrada São Pedro de Alcântara (homenagem a Dom Pedro I, primeiro imperador do Brasil) (Reis, 2008).

Junto com essa estrada vieram também os primeiros plantios de café, muitos deles possibilitados, inclusive, pelo fato de que, em 1814, o Príncipe Regente autoriza Francisco Rubin – governador à época – a realizar a concessão de sesmarias e a isenção de pagamento dos dízimos àqueles que se interessassem em se estabelecer na Capitania do Espírito Santo, tornando o sertão “transitável” (Reis, 2008).

Vale destacar que atualmente tal estrada é conhecida como “Rota Imperial” e encontra-se, em alguns trechos, sobreposta por rodovias importantes a nível nacional, dentre elas, a rodovia federal BR 262, além de estar histórica e turisticamente representada por marcos de concreto ao longo de seu percurso (Figura 5).

Figura 5 – Marco da Rota Imperial no município de Iúna – ES.



Fonte: Autores (2022).

Outro registro importante quanto ao ir e vir no Caparaó, é a abertura de uma picada⁸, em 1855, com cerca de nove léguas de extensão⁹, ligando os atuais municípios de Alegre até o distrito de Santa Cruz, que pertence ao município atual de Irupi (Pinheiro, s.d.). Conforme o mesmo autor, tal picada acaba por promover uma importante ligação entre o sul e o norte de

⁸ Segundo dicionário *Michaelis on line* trata-se de um “talho estreito ou largo, aberto no mato com utilização de facão para acesso a certo ponto, fixação de rumo, transporte eventual de pequenos veículos, linha de transmissão, divisa etc.”.

⁹ Equivalente a cerca de 43,5 quilômetros.

nossa região de estudo, abrindo novos caminhos para o trânsito de tropeiros e suas tropas.

Com a abertura desses dois importantes caminhos, o incentivo dos governos para a ocupação das terras – antes indígenas – por colonos e fazendeiros, as tropas de muares passam a compor a paisagem das montanhas do Caparaó (Reis, 2008). Conforme relatos, eis alguns registros importantes em relação à Rota Imperial, em seus primórdios: “O caminho das tropas é áspero, atravessam vales, rios e montanhas, enfrentam picadas mal abertas, pedras, atoleiros e precipícios. As viagens duram vários dias, dependendo das condições do tempo e dos caminhos (Moraes, 1989, p. 27).

3.1.2 Sistema agrário imigrantes (1820 a 1900)

Diante das decisões políticas tomadas (quanto ao extermínio dos povos nativos e a “doação” de terras) e que tiveram alguns de suas partes elucidadas na seção anterior, argumentos técnicos se desenvolveram entorno do incremento da cafeicultura na microrregião do Caparaó. Segundo Celin (1984), havia fatores não só favoráveis, mas também abundantes, quer seja, terra, clima (estação seca/chuvosa bem definida), solo (solos profundos) e mão de obra.

No contexto de expansão da cafeicultura, data-se no ano de 1847 o desenvolvimento mais relevante do fluxo de dois grupos sociais, quer sejam, as famílias de imigrantes europeus e os fazendeiros e pessoas escravizadas por eles. Atribui-se à “Marcha do Café” a chegada de famílias chamadas “fazendeiras” vindas dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, ocupando sobretudo os vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. É importante frisar que tal movimento também veio a ser relevante em outras regiões do estado capixaba.

O sistema econômico implantado foi do tipo plantation escravista. Muito por causa disso, pelo cruzamento de datas, é possível afirmar que a população de pessoas escravizadas no estado veio a se incrementar justamente depois que foi extinto por lei o tráfico de pessoas vindas da África – em 1850 (Celin, 1984). Nesse contexto, os escravizados chegaram à região (e ao estado) de duas formas principais: mandados/obrigados, acompanhando, a migração de seus “senhores”; ou por meio do que foi chamado de “tráfico interprovincial”, justamente para compor a mão de obra de propriedades – as fazendas – que estavam sendo implantadas (Campos, 2011).

Pela necessidade de terras mais acessíveis, da produção em maior escala e o apontamento do caminho para um fim relativo da escravização de pessoas, verificamos através de relatos de moradores locais que o sistema plantation escravista não foi o predominante na microrregião do Caparaó. Ou seja, o sistema agrário mais comum nessa época foi aquele protagonizado sobretudo pelos imigrantes europeus (principalmente alemães e italianos), os quais, conforme Celin (1984), adotaram a pequena propriedade como a unidade produtiva fundamental, baseada na ocupação, ou colonização, de pequenos lotes de terras, à época consideradas devolutas e, conforme já dito, que foram doadas por parte do governo às famílias vindas da Europa.

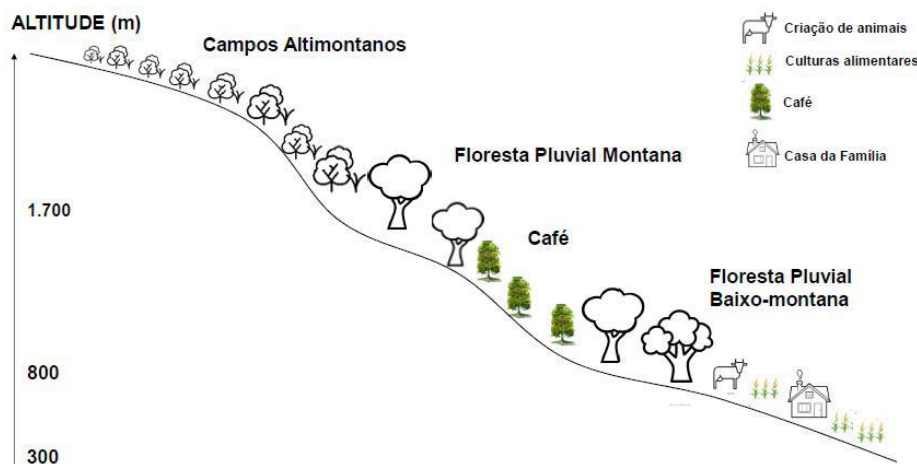
Diferentemente do sistema de plantation escravista, completamente dependente da mão de obra de pessoas escravizadas, as pequenas propriedades de imigrantes europeus, muito pelo seu caráter familiar, tornaram-se, até certo ponto, independentes; o café era a única fonte monetária, afinal, as relações mercantis, muito por causa do acesso, eram muito incipientes.

Todo o café produzido era precariamente transportado no lombo de muares. Por causa de suas características de poder ser secado, armazenado e transportado, além de desde sempre ter se tornado um produto de exportação, o café era transportado para algum local de comércio (inicialmente, na cidade do Rio de Janeiro, depois, a praça de comércio mudou para Vitória) (Celin, 1984).

Além do café, “(...) normalmente ocupando as encostas de morros, raramente as baixadas e os chapadões” (Celin, 1984, p. 72) e que era o que resultava em dinheiro, na paisagem também podia se ver o desenvolvimento de culturas para o autoconsumo, com destaque para o milho e feijão (estas, também plantadas entre as plantas de café), mandioca, arroz, algodão,

cana-de-açúcar e a criação de animais (vacas, cabras, porcos e galinhas), normalmente implementadas mais proximamente da casa e nas regiões mais baixas e planas do relevo (Figura 6).

Figura 6 - Perfil de paisagem da Microrregião do Caparaó: Sistema Agrário Imigrantes (1820 a 1900).



Fonte: Autores (2022).

A pouca circulação de dinheiro fazia com que praticamente não houvesse pagamento por mão de obra (Celin, 1984). Nas famílias e entre as famílias, o que ocorria comumente era os chamados mutirões ou “ajuntamentos” e, acreditamos, também as “trocas de dia”, prática ainda comum nos dias de hoje na região, especialmente em propriedades menores, como menores capitalização e quantidade de mão de obra. Esse tipo de prática pode ser definido quando uma ou mais família trabalham entre si sem cobrar dinheiro; é uma forma de reciprocidade de trabalho que se estabelece entre iguais.

Conforme Celin (1984), em 1920, cada propriedade dispunha somente de uma média de 6,3 trabalhadores, diante do grande volume de trabalho a ser desenvolvido, sem grandes inovações tecnológicas – os principais instrumentos de trabalho eram todos manuais (serrotes, enxadas, enxadões, dentre outros), conclui-se que eram poucos trabalhadores para muito serviço.

O que se viu nessa época, portanto, é que as fronteiras demográficas e econômicas do Caparaó (e do estado como um todo) se confundiam; inclusive, muito do que se desenvolveu sob o ponto de vista de estradas e infraestrutura foi em função do desenvolvimento do cultivo do café, e não o contrário (Celin, 1984).

Com o fim oficial da escravidão (1888) e o desmembramento dos municípios do Caparaó do município de Cachoeiro (1889), Celin (1984) considera que os anos passados entre 1890 e 1930 foram aqueles de consolidação da pequena propriedade produtora de café no território, não só do Caparaó, mas do estado do ES, agora com novas gerações, não europeias, mas brasileiras majoritariamente descendentes de europeus.

3.1.3 Sistema agrário pequena propriedade (1900 a 1970)

Como já comentado, o tamanho das áreas exploradas pelas famílias de migrantes europeus no Caparaó era relativamente muito pequeno, fato justificado por Celin (1984, p. 72), ao analisar a situação na virada dos séculos XIX e XX:

- 1 — o relevo fortemente acidentado na serra capixaba, que dificulta o domínio sobre áreas muito extensas, dificultando também a incorporação de novas técnicas agrícolas;
- 2 — a baixa capitalização dos agricultores, o ponto mais vulnerável nas relações de troca do principal produto estadual: o café
- 3 — o hábito prevalecente entre os imigrantes e seus descendentes de se estabelecer cada filho como proprietário, contribuindo ainda mais para o fracionamento da propriedade. Apesar da exploração de novas terras, para a terceira geração já não havia muito o que repartir.

Desde o começo dos anos 1900, até os anos 1970, anterior, paralela e complementar ao cultivo do café, muito se viu foi uma forte exploração madeireira (Santos, 2013). A Mata Atlântica, com toda a sua riqueza em madeiras consideradas nobres foi suprimento para a construção desde moradias, a objetos de trabalho – muitos deles, para a época, com maior nível de mecanização – como carro de boi (Figura 7), carretão, engenhos, moinhos e teares.

Figura 7 - Carro de boi formado por muitas juntas de animais carregando uma grande peça em madeira. Década de 1940.



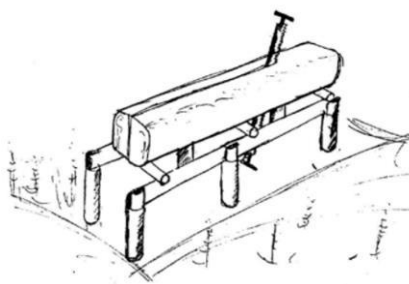
Fonte: Acervo do "Projeto Caparaó" - COLTEC/UFMG. Adaptado de Santos (2013).

Aliada ao café, portanto, a exploração e venda de madeira extraída das matas pode ser considerada uma atividade econômica importante para o mercado externo nesse período:

Tinha muita madeira; cedro, ipê, peroba, toda espécie de madeira boa! E eles tiravam as toras muito grossas e levavam no carretão (...). Eles a acarretavam no carretão, punham dez, doze juntas de bois (...), trinta juntas, puxavam e iam embora! (...) Então, acabaram com as madeiras! (Entrevista feita por Santos, 2013, p. 131)

O trabalho com a madeira, ressalta Santos (2013), era rudimentar e muito perigoso. Muito do que se fazia era manualmente, in loco, ou seja, nas proximidades das próprias matas, a partir de estruturas construídas, a exemplo do estaleiro (Figura 8).

Figura 8 - Modelo de Estaleiro.



Fonte: Acervo do "Projeto Caparaó" – COLTEC/UFMG adaptado de Santos (2013).

A exploração madeireira da Mata Atlântica na região foi muito predatória, durou muitos anos e só deixou de existir após a quase extinção das espécies mais valiosas. Santos (2013) afirma que em 1950 algumas espécies, aquelas de maior interesse econômico, eram difíceis de serem encontradas ainda vivas. No entanto, ainda segundo a mesma autora, é importante dizer que, com a criação e institucionalização do PNC (1961), a extração de madeira, como uma atividade constante e comercial teve sua derrocada. As figuras 2 e 3, com a identificação do uso e cobertura da terra, conforme já comentamos

mostram de forma muito evidente tal situação – quer seja, poucos fragmentos de mata nativa.

Sobre a criação de animais, iniciada no sistema agrário anterior e com duração mais relevante até o fim dos anos 1970, pode-se dizer que se tratava de uma atividade que passou a sofrer com o tamanho reduzido das terras de cada família. Logo, dentro dos próprios limites das propriedades, não havia mais muito espaço para a criação de gado (Santos, 2013).

Uma das soluções para isso foi a ocupação das partes mais altas da Serra do Caparaó, as quais eram conhecidas pela população local como os “campos”. De acordo com Santos (2013), essas áreas eram compostas por grandes pastos coletivos, em que os animais (sobretudo bovinos e muares) eram marcados a ferro com a marca de seu proprietário e criados de maneira mais extensiva nas áreas de maior altitude, onde hoje corresponde à área do PNC. Não havia regras escritas, mas existiam acordos construídos pela comunidade, conforme Santos (2013, p. 134): “Eles levavam o gado para a montanha. Marcavam o gado com ferro quente, para não misturar a criação. Porque todos levavam, que lá é do governo, então a montanha aí o povo não pagava nada”.

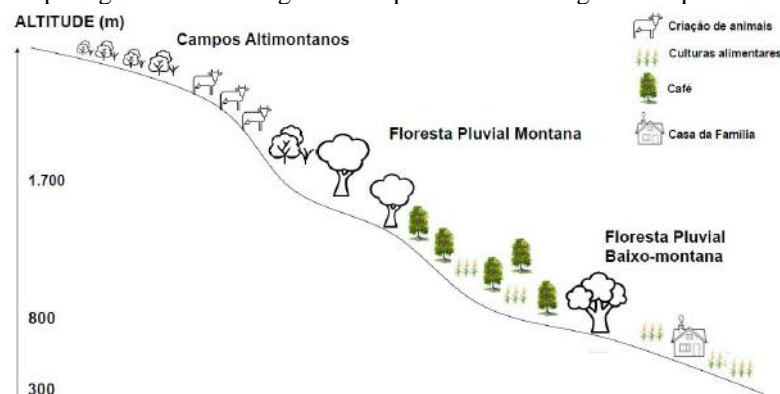
Esses campos, por sua vez, tinham características interessantes e atraentes aos agricultores e agricultoras, além de oferecerem pasto gratuito – afinal, as terras eram reconhecidas como sendo do governo –, ricas em nutrientes, contavam com uma altitude elevada, com clima frio, o que acabava contribuindo para uma menor infestação de parasitas nos animais, como bernes, pulgas e carrapatos.

Apesar dessas vantagens, o manejo desses animais, mesmo praticado de forma mais extensiva, como já tido, dependia, ainda que pouco, da realização de determinados trabalhos, os quais pelas condições naturais, tornavam-se mais complexos e trabalhosos. Para tanto, Santos (2013) informa que os agricultores detentores dos animais faziam um certo rodízio, revezando-se na lida com os animais, subindo a Serra e se abrindo em ranchos, os quais, assim como os pastos, também eram coletivos e um espaço importante de socialização. Nesses momentos, portanto, cabia às mulheres cuidar da casa, do pomar, das crianças e das lavouras de café, enquanto os homens estavam voltados para a criação de animais.

Com a oficialização do PNC, em 1961, a criação desses animais foi deixando de existir, muitas famílias acabaram por serem indenizadas pelo Estado e deixaram suas terras e, outras famílias, por sua vez, continuaram em suas propriedades, mas dedicadas essencialmente mais à cafeicultura e menos às “roças brancas”¹⁰ e à criação de animais.

Sobre o cultivo do café que, à exceção do caso indígena, é a atividade agrícola principal dos outros três sistemas agrários que desenvolvemos neste trabalho, as lavouras cafeeiras acabaram por ir subindo no relevo – ao longo dos primeiros dois terços do século XX, com a maior degradação da mata nativa e o aumento das temperaturas –, a paisagem não só foi perdendo em Mata Atlântica, mas foi ganhando em café, inclusive em altitudes maiores (Figura 9).

Figura 9 - Perfil de paisagem da Microrregião do Caparaó: Sistema Agrário Pequena Propriedade (1900 a 1970).



Fonte: Autores (2022).

¹⁰ Termo popular na região que se refere ao cultivo de culturas alimentares anuais, essencialmente para o autoconsumo, como o milho, o feijão e o arroz.

Tais plantios, segundo Santos (2013) eram baseados no emprego do fogo para a limpeza da área e no plantio “morro acima”, de forma análoga do sistema de plantation escravocrata. Entretanto, após quase um século de cultivo de café nesse formato, identificou-se sérios problemas em relação à erosão e, por consequência, a perda de solo. Nesse momento da história, as lavouras de café, antes produtivas e vistosas, acabaram por se empobrecer juntamente com os solos.

Em 1960, entretanto, enxergando como um problema, o governo atuou nesse sentido, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC). O IBC passou então a financiar as famílias cafeicultoras que se interessassem em realizar transformações no modo de cultivo do café. Dentre essas transformações, as duas principais seriam o plantio das lavouras em nível (e não mais morro abaixo) e de forma monocultural (quer seja, não era mais recomendado o consórcio de culturas, ou seja, o plantio de outras espécies – como milho e feijão – entre as plantas de café). Acreditamos que esses foram os primeiros indicativos importante da transição para o próximo sistema agrário.

3.1.4 Sistema agrário cafeicultura moderna (1970 à atualidade)

Com as ações governamentais em relação às novas formas de se cultivar café, sobretudo por meio do IBC, o que se viu foi uma mudança importante na paisagem. Além de incremento na área plantada com a cultura do café, a microrregião do Caparaó capixaba, assim como boa parte do país, foram inundadas pelos princípios da Revolução Verde¹¹.

Por volta de 1970, os plantios dos cafés não só passaram a ter que ser feitos em nível, mas também de formas mais adensadas, havendo um grande incremento no número de plantas por área. Por consequência, como já tido, muitas famílias deixaram de realizar o consórcio do café com outras culturas.

Paralelamente, a modernização da agricultura em áreas mais facilmente mecanizáveis acabou por interferir em preços, acessos e cultivos de determinados produtos agrícolas. Culturas como arroz e algodão, e a produção de leite e de carne foram sendo, em parte, menos desenvolvidas no território caparaoense, em detrimento de plantações e criações em grandes escalas em outras regiões brasileiras. Portanto, o café foi substituindo outras culturas no espaço.

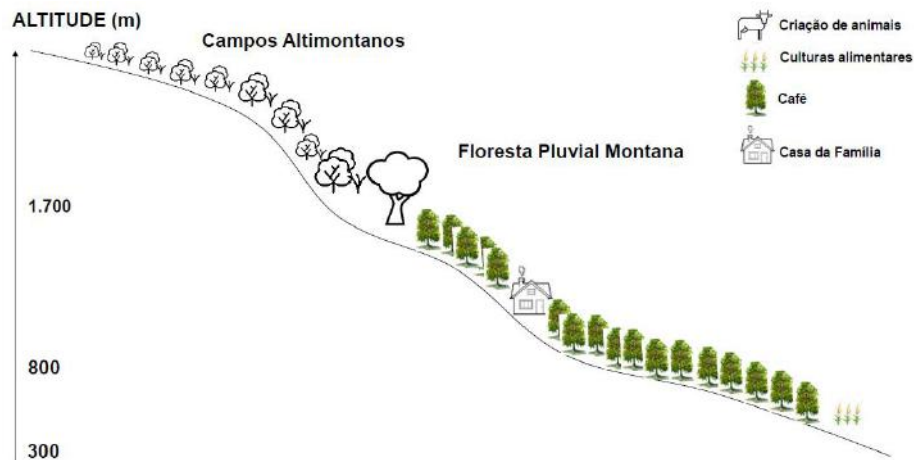
No âmbito da cafeicultura, a Revolução Verde trouxe consigo, além de variedades mais produtivas e adubos minerais, os agrotóxicos. Estes, foram drasticamente utilizados no combate da ferrugem-do-cafeeiro e da cigarra-do-cafeeiro, respectivamente, um fungo e um inseto que, sob determinadas avaliações técnicas, já há algum tempo traziam grandes prejuízos às lavouras da região. Os relatos apontados mostram que, de um ano para o outro, tais problemas foram resolvidos de forma considerável. O fetiche de boa parte das famílias cafeicultoras com esses produtos, apesar de seus preços, foi imediato.

Por sua vez, um cenário parecido também pode ser desenhado no que diz respeito ao uso dos adubos industriais. Com base em um histórico de mais de um século de cultivo de café e sem grandes cuidados com práticas conservacionistas de solo, muitas áreas, sobretudo aquelas mais íngremes, acabaram sofrendo muito com a erosão e, por consequência, a perda da fertilidade de seus solos. O uso de adubos vindos da indústria, em muitas situações, refez, em certa medida, parte da fertilidade desses solos.

Outras mudanças importantes na paisagem, graças às políticas de modernização da agricultura, promovidas pelo Estado, estiveram relacionadas à infraestrutura, ou seja, promoveu-se maior acesso à energia elétrica, estradas, internet, etc., aquisição de equipamentos (bombas hidráulicas, veículos, fossas, etc.). Essa realidade contribuiu para que as casas das famílias agricultoras passassem, cada vez mais, a serem construídas nas partes mais altas do relevo. Conforme pode ser observado na Figura 10.

¹¹ Convencionou definir a Revolução Verde como a mudança da base produtiva no campo através da introdução de pacotes tecnológicos, a utilização de máquinas e insumos modernos. Sendo, portanto, os pilares estruturais de transformação do rural brasileiro. Destaca-se que essa revolução é criticada por ter sido um movimento excludente e que não alcançou a todos e todas no campo.

Figura 10 - Perfil de paisagem da Microrregião do Caparaó: Sistema Agrário Cafeicultura Moderna (1970 à atualidade).



Fonte: Autores (2022).

Outro processo importante neste sistema agrário, sob o ponto de vista social, foi a grande migração de pessoas do rural para o urbano. No caso do Caparaó, apesar de apresentar médias de população rural bem acima da população rural brasileira, acreditamos que muitas pessoas migraram para regiões metropolitanas de grandes cidades que estavam sendo formadas, como Vitória e Belo Horizonte, além de Cachoeiro do Itapemirim, hoje, a maior cidade em termos de números do sul capixaba. Acreditamos que o começo da modernização da agricultura na região, aliado à ausência de políticas de distribuição de terras e a oportunidade de empregos nos grandes centros urbanos que estavam surgindo contribuíram muito para esse processo.

Com isso, a mão de obra disponível nas propriedades acabou diminuindo na proporção do crescimento das áreas plantadas com café. Todavia, o surgimento de equipamentos semimecanizados para a lida com o café (motosserra, roçadoras costais morotizadas, derriçadoras costais motorizadas, pulverizadores elétricos), o acesso a veículos e máquinas (tratores, micro tratores, tratoritos, pick-ups) e a estruturas que otimizaram a pós-colheita – e ao mesmo tempo podem contribuir com uma melhoria na qualidade do café – (lavadores, secadores, descascadores, máquinas de beneficiamento, armazéns, tulas, sacarias, etc.) fizeram com que parte da mão de obra seja otimizada, em alguns pontos, inclusive, facilitando, agilizando e especializando ainda mais o trabalho no rural, aqui, majoritariamente envolvido na cafeicultura (Figura 11).

Figura 11 – Equipamentos para a lida do café (da esquerda para a direita – motosserra, roçadora costal motorizada, micro trator e descascador de café).



Fonte: Cristiano Ricarte e Matheus Fonseca (2022).

Desta feita, o que se vê no atual sistema agrário é um predomínio da cafeicultura na paisagem, a ponto de Santos (2013) afirmar que o PNC acabou ficando ilhado em meio a um verdadeiro mar de café (Figura 12).

Figura 12 - Comunidade do Rio Claro, pertencente ao distrito de São João do Príncipe, município de Iúna (ES).



Fonte: Autores (2022).

Apesar de toda a hegemonia da cafeicultura neste sistema agrário, é importante destacar que o turismo vem se desenvolvendo na região, de forma não tão acelerada, mas relativamente constante. Desde os anos 1970, algumas iniciativas ao redor do PNC tiveram seu início.

Nesses primeiros movimentos, o que se viu foi o protagonismo de agricultores não familiares, de maior capital (Santos, 2013), com grandes investimentos em hotéis e pousadas de relativo grande porte. Entretanto, dos anos 1990 para cá, com o desenvolvimento da categoria agricultura familiar enquanto uma categoria política e sua multifuncionalidade (Carneiro & Maluf, 2005) que lhe é característica, o turismo de base familiar vem ganhando espaço, materializados em campings, pousadas, restaurantes e agroindústrias e preocupações em relação ao paisagismo e ao ambientalismo.

Outra vertente importante e notável, também nos arredores do PNC (especialmente nas lavouras de maiores altitudes), é a produção de cafés de qualidade superior, por muitos atores sociais, chamados como “cafés especiais”. Esses cafés vêm trazendo mudanças importantes na paisagem e no saber-fazer das famílias, onde, em alguns casos, secadores mecânicos e terreiros a céu aberto dão lugar a terreiros cobertos, terreiros suspensos; algumas lavouras a pleno sol, começam a ser sombreadas/consorciadas com árvores, dando lugar aos sistemas agroflorestais e muitas famílias passaram a fazer várias colheitas por safra, de forma seletiva, priorizando a maior quantidade possível de cafés maduros, evitando colher frutos verdes

e/ou secos; não raro, em algumas realidades, os agrotóxicos e adubos industrializados são questionados.

4. Considerações Finais

Apesar de números expressivos em relação à área e ao número de municípios, dados relativos aos IDH municipais ainda carecem de melhora. Muito disso, acreditamos estar ligado à história do território, ao extermínio de indígenas e à escravização de pessoas, cenário visto nos dois primeiros sistemas agrários que construímos, respectivamente, o Sistema Agrário Indígena (?? AP a XIX) e o Sistema Agrário Imigrantes (1820 a 1900).

A Serra do Caparaó, muito antes da criação do PNC, foi e ainda é uma parte do território muito importante para o dinamismo das paisagens e, por consequência, dos sistemas agrários. Sua influência no zoneamento regional é inegável. Historicamente, a Serra do Caparaó garantiu, além de duas estações bem-marcadas (chuvosa/seca) e altitudes elevadas – o que agronomicamente é muito positivo para a cafeicultura –, toda uma perspectiva de relevo – ondulada – que dela surge e, consigo, traz toda a riqueza das águas, tão importante para a garantia das duas bacias hidrográficas mais importantes do sul capixaba.

Além disso, mesmo tendo sido explorada fortemente quando do Sistema Agrário Pequena Propriedade (1900 a 1970) – tanto pela exploração forte de madeira, quanto da criação de animais em seus campos altimontanos –, ela resistiu e ainda hoje corresponde à maior, mais relevante e mais estratificada porção de mata atlântica de toda a microrregião do Caparaó, mesmo considerando-se que, o que se vê atualmente é o fato de que o PNC se encontra ilhado essencialmente por lavouras de café.

Tal situação insular, em grande medida, consolidou-se no Sistema Agrário Cafeicultura Moderna (1970 à atualidade), o qual, mesmo não se enquadrando mais a rigor (não tem áreas planas, para início de conversa) do pacote tecnológico da Revolução Verde – um dos processos mais marcantes desse atual sistema agrário – não deixou de ser englobado por essa tal “revolução”, sobretudo com o advento de insumos modernos (adubos industriais, agrotóxicos, etc.). A diversidade do sistema diminuiu, muitas das culturas alimentares antes produzidas perderam espaço, muita gente migrou para as cidades e, apesar de não termos apresentado números, arriscamos dizer que a concentração das terras aumentou.

Apesar desse cenário fortemente embasado em uma agricultura moderna (monocultural), apontamos algumas situações destoantes e que podem vir a ser embrionárias no que concerne à evolução de um próximo sistema agrário. Como aspectos salutareos a essa mudança, apontamos o turismo rural e a produção de cafés especiais, duas atividades que juntamente com suas novas formas de se relacionar com as pessoas, abarcam consigo, acreditamos, novas formas de pensar e agir sob o espaço e a paisagem; por consequência, a estrutura do sistema agrário; rumo, quem sabe, a uma vertente em mais diálogo com o meio ambiente.

Por fim, considerando-se a dinamicidade histórica e a complexidade dos sistemas agrários, reiteramos a importância de outros trabalhos virem a se aprofundar no entendimento da realidade sistemática agrária da microrregião do Caparaó, trazendo elementos outros – os quais não foram explorados neste trabalho – assim como as transformações que tais sistemas continuam e continuarão passando ao longo do tempo.

Agradecimentos

Agrademos aos professores que ministraram a disciplina ERU 310 – Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), disciplina que foi cursada pelo primeiro autor e uma base importante para a construção deste artigo.

Referências

- Ab'Sáber, A. N. (2003). *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas* (Vol. 1). Ateliê editorial.
- Almeida, D. L. R. (2014). *A Guerrilha Esquecida: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil*. (Dissertação) Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (AtlasBrasil). <http://atlasbrasil.org.br>
- Campos, A. P. (2011). Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi (Rio de Janeiro)*, 12, 84-96.
- Carneiro, M. J., & Maluf, R. S. (2005). Multifuncionalidade da agricultura familiar. *Cadernos do CEAM*, 43-58.
- Celin, J. L. (1984). Contribuição ao Estudo da Pequena Produção na Cafeicultura Brasileira. O Caso do Espírito Santo. *Análise Econômica*, 2(4).
- Da Silva, F. M., dos Santos Chaves, M., & Lima, Z. M. C. (2009). *Sistemas sinóticos e classificação climática*. Geografia Física II. Natal, RN: EDUFRN.
- De Moraes, D. (1989). *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Espaço e Tempo.
- Espírito Santo. (2020). *Lei nº 11.174 de 25 setembro de 2020*. Altera o Anexo Único da Lei nº 9.768, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo.
- Esri, R. (2017). *ArcGIS desktop: release 10*. Environmental Systems Research Institute, CA.
- IBGE. (2022). *IBGE Cidades@*. <http://cidades.ibge.gov.br>.
- IBGE. (2020). Base de dados 2020. <https://downloads.ibge.gov.br/>.
- IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. *Dados de 2010 apresentados na divisão microrregional de 2011*.
- IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. *Shapefiles. 2020*.
- Massini, V. S. (2017). *A cobertura natural, o potencial paisagístico e o turismo no parque nacional do Caparaó (ES-MG) segundo a hierarquia de paisagens de Georges Bertrand (1972)*. (Dissertação) Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Michaelis. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- Miguel, L. (org). (2018). *Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários*. Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. 2ª edição revisada e ampliada. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 210 p.
- Moreira, V. M. L. (2011). Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds*.
- Nascimento, S. C. (2001). Fontes para a história indígena no Espírito Santo do Século XIX: puris e botocudos. *Dimensões*, (13).
- Pinheiro, F. Desenvolvimento do Caparaó Capixaba: Caminhos e Tropeiros. https://www.academia.edu/33771760/DESENVOLVIMENTO_DO_CAPARA%C3%93_CAPIXABA_CAMINHOS_E_TROPEIROS_Autor_FranCimar_Pinheiro
- Reis, F. P. (2008). *Consequências da descoberta do ouro na capitania do Espírito Santo: do século XVI ao XIX*. Monografia. Departamento de História da UFES, Vitória, Brasil.
- Sampaio, T (1901). *O Tupi na Geographia Nacional*. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. Typ. da Casa Eclectica.
- Santos, E. M. B. (2013). Parque Nacional do Caparaó: histórias de um lugar. *Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, 3(1), 117-143.
- Sanz, C. J. (2014). *Diferenciação e evolução dos sistemas agrários do estado do Espírito Santo: exercício de aproximação*. Trabalho final apresentado à Disciplina Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários (DER 310), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Seama. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. (2018). *Atlas da Mata Atlântica do Estado do Espírito Santo 2007 – 2008 / 2012 – 2015*. Cariacica, Espírito Santo, Brasil.
- Tuan, Y. F. (2013). *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. SciELO-EDUEL.